

## APRESENTAÇÃO

Este número da Revista Outros Tempos inclui o dossiê temático *Patrimônio, Identidades e Lugares de Memória*, relacionado à XVIII Fábrica de Ideias, realizada em São Luís-MA, de 18 a 31 de março de 2017, e coordenada pelos professores Antonio Evaldo Almeida Barros, Sérgio Figueiredo Ferretti e Livio Sansone.

Com o tema *Patrimônio, Desigualdade e Políticas Culturais*, a XVIII Fábrica de Ideias consistiu em um seminário internacional de pesquisa e pós-graduação, desdobrando-se também em uma disciplina acadêmica planejada e ministrada de forma interinstitucional, ao mesmo tempo em que foi um seminário com palestras ao público mais amplo. A XVIII Fábrica de Ideias foi resultado de parceria entre a Universidade Estadual do Maranhão, através do Programa de Pós-Graduação em História, a Universidade Federal do Maranhão, por meio dos Programas de Pós-Graduação em Políticas Públicas e em Ciências Sociais, e a Universidade Federal da Bahia, através do Centro de Estudos Afro-Orientais e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, e ainda o Governo do Estado do Maranhão, representado pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, e pela Secretaria de Igualdade Racial. Desse modo, dos nove artigos reunidos neste dossiê, sete deles foram produzidos por pesquisadores, docentes e discentes de programas de pós-graduação de diferentes instituições do Brasil que participaram da XVIII Fábrica de Ideias.

O dossiê *Patrimônio, Identidades e Lugares de Memória* inicia-se com o artigo “Confederate Monuments, Plantation-Museums and Slavery: Race, Public History, and National Identity”, de Stephen Small, o qual analisa dezesseis cabanas de escravos que foram incorporadas em três locais de turismo de patrimônio em Natchitoches, no noroeste da Louisiana. Os locais são Oakland Plantation, Magnolia Plantation e Melrose Plantation. O autor destaca a incorporação desses lugares de memória na lógica patrimonial, refletindo como a identidade nacional é expressa e articulada nesses lugares de memória e como tais lugares destacam e questionam a identidade nacional.

Em “O Tempo e o Medo: a longa duração da guerra em Moçambique”, Omar Ribeiro Thomaz dedica-se à percepção da passagem do tempo e o constante medo da desordem que se entrelaçam em narrativas e rumores conectados a diferentes momentos da história de Moçambique. O artigo sistematiza reflexões sobre a guerra e o medo da guerra em terras moçambicanas, fruto de um trabalho etnográfico realizado há quinze anos pelo pesquisador.

Monica Lima traz à discussão questões em torno de um Patrimônio Mundial da Humanidade – o sítio histórico e arqueológico Cais do Valongo –, situado na cidade do Rio de Janeiro. A questão central da autora no artigo “História, Patrimônio e Memória Sensível: o Cais do Valongo no Rio de Janeiro” é o significado deste sítio histórico como um lugar de memória, de memória sensível, do tráfico atlântico de africanos escravizados e seus descendentes nas Américas e, em especial, no Brasil. Ideias como violência, dor, sofrimento são levadas a termo para comparar o Cais do Valongo, espaço de resistência e afirmação de populações negras, a outros lugares do mundo onde também ocorreram tragédias humanas.

“Pensar o Dito e o Silenciado: Representações da Escravidão na Historiografia”, escrito por Celeste Silva Ferreira, debate as transformações historiográficas ocorridas no final do século XX que levaram a uma mudança metodológica no modo como a documentação sobre sujeitos escravizados é analisada. O artigo demonstra como o uso de diferentes fontes históricas, como correspondências oficiais ou pessoais, inquéritos, processos judiciais, testamentos, inventários, jornais e diários, passou a direcionar novos olhares e possibilidades interpretativas a partir das influências da chamada “virada linguística”. Ao abordar a historiografia brasileira sobre escravidão, o texto também enfoca a Lei do Ventre Livre (1871) e as mais recentes interpretações acerca dela.

Fernando Santos de Jesus e Valerie Gruber, em “O Mestre de Capoeira: Fortalecendo Filosofias e Práticas de (Re)Existência Negra perante Desigualdades Sociorraciais”, também tratam de um Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO, o qual contribuiria, em termos políticos mundiais, para a valorização e a visibilização da capoeira como prática de resistência negra brasileira. Diante de um olhar filosófico sobre a capoeira e destacando os saberes próprios dessa prática em articulação com o contexto da desigualdade sociorracial, o artigo trata de ressignificações em face das essencializações que envolvem a capoeira. Numa perspectiva sociogeográfica, os autores defendem a noção de pedagogia da (re)existência negra, através do trabalho do mestre de capoeira, o qual representaria um filósofo diaspórico que cria um espaço de possibilidades para coletividades marginalizadas.

“Tempos de Segregação (1948-94): Ensino de história, Políticas de Memórias e Desigualdades Sociais no Universo do Povo Zulu”, de autoria de Aldina da Silva Melo, tem como enfoque o ensino de história, as políticas de memória, as identidades e desigualdades sociais na África do Sul durante o Apartheid. A coleção de livros didáticos History for Today e algumas imagens e jornais encontrados no arquivo sul-africano Alan Paton Center e na biblioteca pública de Pietermaritzburg constituem as fontes examinadas no artigo, as quais

possibilitam tratar das políticas educacionais presentes na África do Sul durante aquele regime, bem como sobre os modos como a(s) identidade(s) zulus foram construídas, pensadas e percebidas no período em questão.

Fábio Henrique Monteiro Silva ocupa-se com as representações do carnaval na capital maranhense entre os anos 1970 e 2000, discutindo as memórias de participantes notáveis dessa festa, através de lembranças de brincantes e organizadores locais. No artigo “Memória e Sensibilidade no Moderno Carnaval de São Luís”, utiliza, ainda, matérias de jornais maranhenses e o debate conceitual no campo da memória, a fim de evidenciar os modos de ver e fazer o carnaval na ilha de São Luís.

Desirée Tozi e André Luís Nascimento dos Santos argumentam que os pareceres e laudos antropológicos que instruíram os processos de tombamento de terreiros pelo Iphan, ao longo dos últimos 30 anos, reproduzem, como referência de “verdade”, as etnografias produzidas sobre os candomblés baianos na primeira metade do século XX. No artigo “História de um Legado: as Etnografias de Religiões de Matrizes Africanas no Discurso Patrimonial”, os autores defendem a tese de que a ausência de um recorte mais preciso e de uma análise mais ficcional dessas obras tem produzido um modelo de terreiro de candomblé que não encontra projeção nos processos de tombamento de terreiros que ainda se encontram em aberto na instituição da salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro. O texto conjuga o exame da bibliografia etnográfica sobre terreiros na Bahia à análise de documentos dos processos de tombamento já finalizados pelo Iphan.

O artigo “Narrativas sobre a Cidade: Lembranças e Esquecimentos sobre Grupos Étnicos numa cidade do Rio Grande do Sul”, de Bibiana Werle, discute as representações memoriais contemporâneas do município de Estrela, no Rio Grande do Sul, trazendo à baila as narrativas comemorativas da cidade promovidas pelo governo municipal. A autora utiliza jornais locais e narrativas orais para demonstrar como, historicamente, as diversidades étnicas são apresentadas de forma desigual pelo poder público municipal nos patrimônios culturais do local. Destaca também que a composição étnica de Estrela foi marcada por conflitos identitários durante o Estado Novo (1937-45), o que configurou a produção de monumentos que apagam e excluem outras memórias.

Antonio Evaldo Almeida Barros e Viviane de Oliveira Barbosa apresentam o artigo “Estudos Africanos e Afro-Brasileiros em Perspectiva Extensionista”. Trata-se de um estudo de caso que enfoca um conjunto de programas e projetos de extensão universitária voltados para o campo dos Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, particularmente, do Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileiras, e para o âmbito da Educação para as

Relações Étnico-Raciais, executados entre 2010 e 2018, no Estado do Maranhão, em parceria com secretarias de governos municipais e estaduais, e organizações da sociedade civil. Os autores partem do reconhecimento de que a instituição universitária tem sido mais inclinada a discursos e ideias do que a práticas, muito menos práticas de transformação social e que, a extensão, que ao lado da pesquisa e do ensino, constitui um dos pilares da universidade, tem a vocação prioritária de promover a interação entre a universidade e a sociedade. Para os autores, as ações de extensão executadas buscaram promover, sobretudo a partir de uma perspectiva humanista, a igualdade racial, e foram desenvolvidas considerando a relevância da história e das sociedades africanas para a formação do mundo contemporâneo e da humanidade, e as sinergias históricas existentes entre África e Brasil, enquanto territórios complexos e mutuamente interligados. Antonio Evaldo A. Barros e Viviane de O. Barbosa argumentam ainda que as ações de extensão executadas fundamentaram-se na possibilidade de construção de uma democratização epistemológica, buscaram alertar para o fato que o silêncio e a omissão comumente sustentam o preconceito e a discriminação na escola, bem como pretendiam evidenciar a história e cultura africana e afro-brasileira como ocasião privilegiada para se observar uma variedade de experiências sociais que apontam para a abertura ao mundo, à vida, para a inclusão e não a exclusão do outro, para a solidariedade na história.

O entrevistado desta edição é o Prof. Dr. Ibrahima Thiaw, um dos maiores especialistas em História e Arqueologia Africanas na atualidade. Thiaw é graduado em História (Universidade Cheikh Anta Diop, Dakar, Senegal, 1990/1), mestre em Etnologia e Sociologia Comparativa (Universidade de Paris-Nanterre, França, 1992) e em Antropologia (Universidade Rice, Houston, USA, 1995), e doutor em Antropologia/Arqueologia (Universidade Rice, Houston, USA, 1999). É professor da Universidade Cheikh Anta Diop e diretor do Institut Fondamental d'Afrique Noire (IFAN), com pesquisas no campo da arqueologia dos encontros globais, sobre os impactos do Atlântico e do Saara nas sociedades, processos de escravização e tráfico de escravizados, comemorações e políticas culturais. Destaca-se por seu envolvimento no trabalho de reconhecimento da Ilha de Goré como Patrimônio Mundial da Humanidade e por seu envolvimento em projetos sobre patrimônio no Senegal e em outros países africanos, como Guiné, Guiné-Bissau, Serra Leoa, Burkina Faso e Congo. Nesta entrevista, concedida a Viviane de Oliveira Barbosa, o professor Ibrahima aborda sua inserção acadêmica, seus interesses e projetos de pesquisa, especialmente em torno das políticas culturais e patrimoniais e dos lugares de memória.

A resenha deste número é intitulada *Memória Política entre Silêncios e Narrativas: Transição democrática no Brasil e na África do Sul*, de autoria de Wendell Emmanuel Brito de Sousa, e realizada a partir de leitura crítica do livro “Democracia e Estado de Exceção: Transição e Memória Política no Brasil e na África do Sul”, escrito por Edson Teles e publicado pela Editora Fap-Unifesp, em 2015. Wendell Sousa demonstra que o livro é fruto da tese de doutoramento defendida no ano de 2007 na Universidade de São Paulo e resulta, também, de anos de militância política e engajamento por parte do autor nas questões que envolvem os direitos humanos. Wendell Sousa entende que a obra sedimenta reflexões no campo da filosofia política, tratando sobre os (ab)usos da memória na assunção das novas democracias no Hemisfério Sul, ante a herança autoritária da ditadura militar no Brasil e do *apartheid* na África do Sul. Utilizando um método comparativo, o autor do livro analisa os casos brasileiro e sul-africano na tentativa de compreender os sentidos do passado, o que faria de sua análise algo além da filosofia política e próximo à História Social das Ideias, devido à análise contextual e atuação dos agentes nos processos de consolidação das novas democracias no Hemisfério Sul.

Este número da Revista Outros Tempos é composto também de três produções na sessão de artigos livres. O primeiro deles, “Migrações Internas e Conexões Sociais em um Contexto Colonial: Trajetórias de Imigrantes Portugueses na Vila de Paranaguá (décadas de 1770-1790)”, de André Luiz Moscaleski Cavazzani, investiga as formas de inserção de três imigrantes portugueses na vila paulista de Paranaguá, entre as décadas de 1770 e 1790, com ênfase nas formas de absorção de portugueses à vida social de uma vila colonial situada no extremo sul da Capitania de São Paulo. O autor sistematiza quatro argumentos em seu artigo: havia ocasiões nas quais o estabelecimento na vila de Paranaguá por um imigrante português era decorrente do insucesso da iniciativa de fixar-se em praça mercantil de maior porte; os portugueses radicados em Paranaguá possuíam conexões sociais e comerciais em distintas áreas do litoral Sudeste, notadamente a cidade do Rio de Janeiro; a manutenção dessas conexões criava uma dinâmica de absorção de caixeiros à vila de Paranaguá; e a constituição de vínculo com um compatriota era operacional para o jovem reinol enraizar-se na sociedade receptora.

No segundo artigo, de título “Raimundo José de Sousa Gaioso e os 200 Anos da Publicação do Compêndio Histórico-Político dos Princípios da Lavoura do Maranhão (1818): Notas Bibliográficas”, Romário Sampaio Basílio apresenta e analisa traços biobibliográficos acerca do português Raimundo José de Sousa Gaioso, autor da obra *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão*, publicada, postumamente, em 1818, e vista

como uma das mais importantes publicações sobre o Maranhão do primeiro quartel do século XIX.

Por fim, no artigo de Joseanne Zingleara Soares Marinho, “As Políticas Públicas de Proteção da Saúde Materno-Infantil no Piauí (1930-1945)”, é feita uma discussão sobre a administração dos poderes públicos piauienses a partir da criação de legislação e de órgãos de assistência à saúde de mães e crianças, entre 1930 e 1945. Objetivando demonstrar como a questão da saúde materno-infantil passou a ser tratada como responsabilidade do Estado, a autora utiliza um *corpus* documental composto de mensagens do governo do Piauí, de legislação estadual e de artigos de jornais impressos.

Acreditamos que este é um número com ricas produções e esperamos que todos(as) tenham uma ótima leitura!

Viviane de Oliveira Barbosa e Omar Ribeiro Thomaz.